



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
 Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
 11º andar

ATA N° 7787634/2021

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Evento:	6.ª Audiência Pública do Orçamento-Programa Participativo (<i>iNovaJusp</i>)	
Data:	17/06/2021	
Horário:	14h00	
Local:	Ambiente virtual via ferramenta <i>Microsoft Teams</i>	
Componentes da Mesa	Márcio Ferro Catapani	Juiz Federal Diretor do Foro
	Leticia Dea Banks Ferreira Lopes	Juíza Federal Vice-Diretora do Foro da capital
	Samuel de Castro Barbosa Melo	Juiz Federal Vice-Diretor do Foro do interior
Processo:	0004781-64.2021.4.03.8001	

ASSUNTOS DEBATIDOS

ABERTURA	<p>O Exmo. Juiz Federal Diretor do Foro Dr. Márcio Ferro Catapani deu início à Audiência Pública cumprimentando todos os presentes, pontuando que tradicionalmente este evento é realizado pessoalmente, mas que, infelizmente, este ano, por motivos óbvios os quais não cabe explicitar, estamos realizando-o de forma virtual novamente. Explicou que vivemos um momento bastante peculiar do ponto de vista orçamentário no sentido de que tivemos uma queda na arrecadação do governo federal, mas que, por conta da pandemia e dos decretos de calamidade pública, não houve corte orçamentário nem contingenciamento de gastos em 2020, sem perspectiva até o presente momento de que isso ocorra em 2022. Ponderou, entretanto, que a nossa situação orçamentária é de incerteza acima de tudo e que essa incerteza gera por parte da Administração Pública uma necessidade de cautela. Que temos muitas ideias e projetos, mas que temos que ter o cuidado de saber que de uma hora para outra poderemos ter uma redução nos nossos recursos disponíveis, dificultando, assim, o atingimento de algumas metas traçadas.</p> <p>Passou a palavra a Vice-Diretora do Foro da capital Dra. Letícia Dea Banks Ferreira Lopes que comunicou a todos que a Justiça Federal de 1.º Grau em São Paulo foi felicitada com um prêmio do Conselho da Justiça Federal, no qual obteve o primeiro lugar em maturidade de governança, mesmo diante desse cenário de pandemia, demonstrando o quanto nossa equipe é capacitada e comprometida.</p> <p>A seguir Dr. Samuel de Castro Barbosa Melo, Vice-Diretor do Foro do interior, ressaltou ser este um momento de integração, de estarmos abertos ao diálogo para construção de novos saberes, haja vista a necessidade do olhar da justiça voltar-se não somente ao público interno, mas acima de tudo ao público externo e ao trato da coisa pública.</p>
PROJETOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	<p>Concluída a abertura do evento, Dr. Márcio informou que o Diretor da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - UPOF, Cristiano Conceição Abilio, faria uma exposição da situação orçamentária do exercício passado, presente e futuro, para que possamos entender o quadro no qual nos inserimos no momento atual.</p> <p>Cristiano registrou que nos últimos dois exercícios a Justiça Federal teve acréscido ao seu orçamento somente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, previsto na Emenda Constitucional 95. Que no ano de 2020 tivemos uma redução significativa no orçamento por conta da orientação do Conselho da Justiça Federal para que nosso orçamento fosse elaborado considerando uma redução de 25% (vinte e cinco por cento) em relação a 2019. Que do ano de 2020 para 2021 tivemos um aumento pelo IPCA de 3% (três por cento) e que para o ano que vem o aumento pelo IPCA está programado para ser de 7,45% (sete vírgula quarenta e cinco por cento). Que em 2020 tivemos que reprogramar diversos gastos por conta do enfrentamento à pandemia do Covid, tais como aquisição de máscaras, álcool gel, barreiras físicas para realização de atendimento ao público, etc. Que no ano de 2021 estão sendo adquiridos/contratados diversos equipamentos e serviços de microinformática dado o advento do</p>

teletrabalho. Que vêm sendo realizadas diversas reuniões entre os gestores para que as despesas de duração continuada não ultrapassem o limite de incremento de gastos anual. Fez uma breve explicação acerca do Orçamento Impositivo que nos obriga a executar a totalidade do orçamento disponibilizado para o órgão. Noticiou que no ano passado a Justiça Federal executou 99,58% (noventa e nove vírgula cinquenta e oito por cento) do nosso orçamento destinado à manutenção das atividades. Destacou que os valores computados como "restos a pagar", a partir da EC n.º 95, tomaram uma relevância significativa, passando a compor o nosso orçamento. Que a Administração vem trabalhando de forma criteriosa para diminuirmos a um patamar mínimo as nossas inscrições em "restos a pagar". Que até o momento não temos indicação de eventuais contingenciamentos ou cortes para o ano de 2021. Que em relação ao ano de 2022, vários gastos direcionados ao combate da pandemia poderão ser relativizados com o arrefecimento da mesma, mas que as despesas de manutenção do órgão estão todas orçadas e comprometidas até o final do ano.

Em seguida Dr. Márcio pediu para que cada Diretor de subsecretaria administrativa fizesse uma breve exposição de alguns projetos de suas respectivas áreas.

Jane de Albuquerque, Diretora da Subsecretaria de Apoio Administrativo - UAPA, iniciou sua explanação passando a palavra ao Dr. Samuel, Vice-Diretor do Foro do interior e atual Coordenador do Projeto TRF3 - 100% PJe, que trouxe uma série de dados e informações a respeito do projeto que teve início em 2018. Explicou que entramos na 4.^a fase de digitalização dos autos físicos, que o grau de virtualização da Justiça Federal da 3.^a Região em 15/06/2021 é de 90% (noventa por cento), que já se somou até o momento a digitalização de mais de 79 milhões de páginas, que temos diversas varas tanto na capital quanto no interior que já atingiram 100% (cem por cento) de virtualização ou que estão próximas disso. Ressaltou que neste momento de pandemia a virtualização mostrou-se fundamental para que a prestação jurisdicional não fosse interrompida e destacou os benefícios com redução de gastos (com etiquetagem, armazenamento, etc) e de uso de espaços para guarda dos processos físicos.

Jane aproveitou o ensejo para falar da criação das CEDIS's (Centrais de Protocolo e Distribuição) pela Resolução CJF3R n.º 66/2021, com implantação prevista para o dia 24 de junho do ano corrente. Disse que a partir de sua implantação o protocolo físico ficará localizado somente no Fórum Pedro Lessa da capital. Lembrou que o número de protocolos físicos atual é muito baixo tanto por conta do elevado grau de virtualização quanto pela disponibilização da ferramenta de peticionamento por meio de formulário eletrônico criada pela Resolução PRES n.º 400/2021. Que com o avanço da virtualização de todos os projetos ativos, o intuito é que em 2022 não precisemos mais desse protocolo físico. Comentou que o outro projeto que a UAPA pretende iniciar em 2022 diz respeito à terceirização de nossa frota de veículos, indo ao encontro de duas necessidades: redução de custos e realocação de agentes de segurança que trabalham na logística e transporte de materiais para a área exclusiva de segurança.

A Diretora da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação - UCIN, Giselle Molinari Fessore na sequência fez uma apresentação dos projetos da área, começando pelo Projeto de Fomento à Colaboração, incentivando os servidores da subsecretaria a desenvolverem o trabalho colaborativo, compartilhando recursos e alocando as pessoas por demanda independente da unidade a qual elas estejam formalmente vinculadas. Deu como exemplo a criação das seguintes equipes multidisciplinares: Equipe de Gestão de Dados, Equipe de Experiência do Usuário, Equipe de Documentação e Equipe de Apoio. Mencionou ainda um projeto relacionado à informação eletrônica, desenvolvido a partir do Núcleo de Biblioteca - NUBI, para criação de uma biblioteca digital (BIBDIG - JF3R), que compreenderá um portal reunindo todas as plataformas digitais de biblioteconomia, curadoria de conteúdo e gestão do conhecimento adquirido.

Dr. Márcio acrescentou que houve grande esforço realizado desde o ano passado por parte da UCIN, responsável por nossa Escola de Servidores, para readequar os gastos orçamentários para a nossa nova realidade, de forma a que os valores antes alocados para cursos presenciais e diárias e passagens relacionadas a esses eventos fossem integralmente realocados para realização de cursos e treinamentos virtuais.

A seguir se manifestou o Diretor da Subsecretaria de Compras, Licitações e Contratos - UCOL, em exercício, Vinícius Teixeira, que falou brevemente das atividades da subsecretaria e de algumas ações que pretendem implementar em um futuro breve. No que tange ao princípio da eficiência explicou que o foco da área é aumentar a celeridade das contratações; já com relação a eficácia, busca-se a diminuição do número de licitações fracassadas, com a diminuição da repetição de certames e consequentemente a diminuição de gastos administrativos. Para tanto, propõe-se a padronização de procedimentos garantindo uma assertividade nas ações realizadas seguindo modelos já estabelecidos. Que outro foco é o planejamento das contratações e seus formulários. Que alguns tópicos desses formulários, dependendo do tipo de licitação, podem ser padronizados. Que numa segunda etapa, após a padronização dos formulários, será trabalhada a padronização dos editais e dos termos de referência. Que em breve serão realizadas reuniões periódicas, com cronograma fixo, com as áreas gestoras, a fim de detectar as dificuldades vivenciadas. Que, munidos dessas informações, será possível alinhar os procedimentos no planejamento das contratações, evitando erros e retrabalhos.

Cintia Miluzzi, Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas - UGEP, afirmou que em 2022 a sua área pretende elaborar um edital de processo seletivo de estagiários de forma digital. Além disso, pontuou que o programa de ginástica laboral, veiculado por meio da ferramenta *Microsoft Teams*, também está no radar da subsecretaria. Que estão trabalhando em conjunto com o TRF3 e a seção judiciária de Mato Grosso do Sul na criação de um banco de talentos e interesses, composto não somente pelo currículo do servidor, como também informações incluídas pelo mesmo que digam respeito a cursos em geral já realizados ou áreas de interesse. Que pretendem aprimorar em 2022 os serviços de cadastramento virtual de

servidores aposentados. Que outro projeto diz respeito à ampliação das rodas de conversa. Que esta ação tem se mostrado bastante valiosa no que diz respeito ao desenvolvimento das pessoas e gestão de equipes. Que pretendem ampliar também o numero de vídeos institucionais educativos, materiais informativos sobre trabalho à distância e outros assuntos diversos. Que esperam finalizar o antigo projeto de sistema de movimentação interna de servidores.

O Diretor da Subsecretaria de Materiais, Arquivo e Gestão Documental - UMAD Jorge Cardoso Melchert pontuou que está em andamento um projeto, junto com o TRF3, de revitalização do Complexo Administrativo Presidente Wilson. Que o objetivo é proporcionar uma adequação no espaço para que possamos receber definitivamente os processos físicos da Justiça, atualmente armazenados por uma empresa terceirizada, gerando economia com a descontinuidade do gasto com contrato de terceirização, além de proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e prestadores de serviço. Noticiou que o segundo projeto, de menor porte mas não menos importante, é o de modernização e ampliação do sistema de segurança desse Complexo, tanto para a área interna quanto a externa.

Por último, Maria Helena de Almeida Santos, Diretora da Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura - UMIN, passou a palavra a dois servidores subordinados a sua subsecretaria para apresentação dos projetos da área. Primeiramente, Gustavo Cambraia de Oliveira, vinculado ao Núcleo de Infraestrutura - NUIN, explicou que para este ano e para os próximos a área vem trabalhando nos seguintes projetos: modernização dos elevadores dos Fóruns de Santos e JEF de São Paulo, já executados nos Fóruns de Execuções Fiscais e Criminal/Previdenciário; modernização de sistemas de climatização em execução no Fórum Criminal/Previdenciário e previsto para os próximos anos nos Fóruns de Ribeirão Preto, Barueri e Santos, visando a diminuição no consumo de energia; modernização dos sistemas de PPCI (Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio) nos Fóruns Criminal/Previdenciário, Barueri, Santos e Anexo Peixoto Gomide; modernização das instalações elétricas nos Fóruns Criminal/Previdenciário, Execuções Fiscais, Barueri e Santos; projetos de adequação de acessibilidade e eficiência energética nos diversos Fóruns da seccional e implantação de geração solar nas subseções de Assis, Presidente Prudente e São José dos Campos. Lembrou que em 2020 foi inaugurada a primeira usina da JFSP no Fórum de Barueri. Concluiu noticiando que está em curso na seccional a adesão ao Programa PURA da Sabesp, no qual atingindo as metas de consumo estabelecidas teremos uma redução de 25% (vinte e cinco por cento) no custo das tarifas de água e esgoto. Encerrando, o Diretor do Núcleo de Manutenção Predial - NUMT Danilo Rodolfo Alves apresentou o Plano de Contingência para o Enfrentamento de Interrupções no Fornecimento de Energia Elétrica da JFSP, tratando-se de um protocolo ou plano de ação com medidas a tomar quando acontecerem essas interrupções para todas as instalações e prédios da seccional.

Dr. Márcio passou a palavra a Diretora da Secretaria Administrativa Marcia Tomimura que fechou as apresentações testemunhando o trabalho árduo e diário desempenhado por todas as subsecretarias. Apontou que, por conta da pandemia e dessa nova forma de trabalhar, houve um redirecionamento dos investimentos com foco na comunicação e tecnologia. Afirmou que o acompanhamento da execução orçamentária tem sido feito periodicamente com reuniões constantes e lembrou que a Diretoria do Foro está sempre à disposição de todas as áreas para que tenhamos uma gestão mais transparente, democrática e eficiente.

DEBATES	<p>Encerradas as explanações foi dada a palavra às autoridades convidadas.</p> <p>Dr. Artur Soares de Castro, Subprocurador Regional da Procuradoria Regional da União - 3ª Região, cumprimentou a todos os presentes e parabenizou a iniciativa de permitir essa participação e o uso da palavra para propor sugestões. Colocou algumas preocupações, dentre elas, a passagem do sistema do JEF para o PJe e a manutenção dos atos judiciais na forma virtual no pós pandemia, tanto das sustentações orais quanto dos despachos. Entende que essa manutenção poderá trazer um ônus muito grande para os juízes e o Tribunal pelo aumento da quantidade desses atos apesar das benesses geradas para o jurisdicionado. Questionou se o Poder Judiciário estaria pronto em termos de estrutura para esta demanda adicional.</p> <p>Dr. Márcio explicou que a previsão é fazer a migração do sistema de todos os JEF's do estado de São Paulo (SISJEF) para o PJe. Que somando-se à isso a digitalização de todos os processos físicos ativos, a perspectiva é que nós acabemos o ano com todas as varas trabalhando, pelo menos na grande maioria da sua atividade, num único sistema. Com relação aos atos virtuais, concordou com o Dr. Arthur, afirmando que não temos ainda a concepção de como isso se dará no futuro. Que precisamos estar sempre calibrando e buscando a melhor solução possível.</p> <p>Dr. Renato Jimenez Marianno, Coordenador-Regional na Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3a. Região, agradeceu mais uma vez a oportunidade de participar, se colocando à disposição e pedindo vênia para comparecer a outro compromisso.</p> <p>A seguir manifestou-se o Dr. Antônio Carlos de Almeida Amendola, Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo, que parabenizou todos os esforços empreendidos com relação a execução do nosso orçamento, elogiou o funcionamento do "balcão virtual" e rogou por medidas que possam agilizar e facilitar a expedição das RPV's (requisições de pequeno valor) e precatórios.</p> <p>Dr. Márcio mencionou a iniciativa da Administração Central este ano de criar a Central Unificada de Cálculos Judiciais - CE CALC, que passará a funcionar a partir da semana que vem. Que o escopo foi reunir todos os setores de contadaria em uma única central e que a perspectiva é que isso traga uma maior rapidez na realização dos cálculos que é um dos procedimentos prévios à efetivação do pagamento. Que o JEF de São Paulo já é hoje bastante rápido para a realização desses cálculos e que espera que a celeridade imprimida por este Juizado se estenda para as demais unidades.</p>
----------------	--

Dada a palavra à Juíza Federal Dra. Marcelle Ragazoni Carvalho Ferreira, Presidente da Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul - AJUFESP, esta sugeriu, com relação à licitação do novo plano de saúde dos magistrados e servidores da Justiça Federal, a realização de uma pesquisa junto aos usuários acerca do que esperam desse plano, que tipo de reajuste estariam dispostos a suportar e o valor que consideram aceitável em pagar. Questionou ainda, com relação à biblioteca virtual, se seria disponibilizado um tutorial de acesso aos seus serviços.

Dr. Márcio concordou que seria interessante a realização de uma pesquisa junto aos usuários do plano de saúde da Justiça, explicando, porém, que isso não foi feito neste momento, pois a AMIL (atual empresa contratada) decidiu não prorrogar nosso contrato, gerando a necessidade de realizarmos rapidamente uma nova licitação. No que diz respeito à biblioteca, considerou a ideia muito boa, pedindo para que fosse anotada a sugestão de criação de um tutorial.

Tarcísio Ferreira, Coordenador Executivo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - SINTRAJUD, observou que não é a maior parte do nosso orçamento é com pessoal, haja vista que são as pessoas (magistrados, servidores e terceirizados) que movem a Justiça. Destacou, dentro desse panorama, a necessidade de busca pela garantia de melhores condições de trabalho e de remuneração, tanto no que diz respeito à política salarial quanto aos benefícios e auxílios cujos valores estão congelados há bastante tempo. Compartilhou a preocupação da Dra. Marcelle no que diz respeito a necessidade de discussão do novo plano de saúde. Questionou se foi possível à Justiça Federal executar a dotação integral da assistência médica e se há uma preocupação de que isso aconteça este ano. Pontuou a importância de se discutir as condições de trabalho e de disponibilização de equipamentos aos servidores em teletrabalho. Sobre a Emenda Constitucional n.º 109, que estabelece, grosso modo, um teto dentro do teto, perguntou se haveria uma avaliação preliminar da Administração quanto à eventuais impactos dessa emenda. Pediu por fim informações sobre a compra de prédio novo para abrigar o fórum de Osasco.

Dr. Márcio explicou que para o orçamento da saúde, é mandado um determinado valor por servidor, sendo que este valor às vezes não é utilizado na sua integralidade pois temos servidores que nem tem o plano de saúde da Justiça nem requerem o auxílio-saúde. Que o entendimento que houve no ano passado e que perdura este ano é que com a edição da Lei Complementar n.º 173/2020 nós não teríamos como aumentar o valor per capita do auxílio que é deferido a cada servidor individualmente, o que nos engessa para fazer uma redistribuição do valor que seria destinado aos servidores que nada pedem. Em relação às condições materiais de trabalho, ponderou que teremos que modificar o nosso parque de *hardware*, equipamentos com os quais trabalhamos, pois os mesmos eram voltados para uma determinada forma de trabalho que não é mais aquela na qual nos encontramos hoje. Que não temos como prever qual será a realidade de trabalho no pós pandemia. Além disso, mencionou a preocupação da área médica com a dificuldade de se manter a ergonomia no trabalho em casa. Que está sendo elaborado um projeto de acolhimento psicológico aos servidores em teletrabalho. Com relação a EC n.º 109, afirmou ser uma preocupação de todos nós, mas lembrou que os limites de gastos nos são passados pelo Conselho da Justiça Federal e que até o momento não tivemos uma sinalização objetiva de que iremos sofrer alguma diminuição efetiva.

Cristiano fez um aparte para esclarecer que o orçamento da Justiça Federal é um só e que algumas vezes, qualquer eventual percentual de contingenciamento ou corte é absorvido pelo próprio CJF que é o órgão detentor da competência para o manejo das verbas orçamentárias. Explicou que no âmbito da 3.ª Região a verba oriunda do Conselho é distribuída pelo próprio Tribunal. Que por enquanto não temos indicativo, em 2021 ou 2022, de necessidade de contingenciamento ou de corte de gastos. Que todas as informações de execução orçamentária e do nosso orçamento são publicadas mensalmente na página de transparência do Tribunal.

Dra. Letícia afirmou que desde o começo da pandemia houve grande preocupação com as condições de trabalho dos servidores, entretanto, lembrou da existência, à época, de norma do Conselho Nacional de Justiça - CNJ que proibia que fossem cedidos equipamentos da Justiça. Além disso, noticiou que houve tentativa de compra de *notebooks* em 2020 por parte da Administração, entretanto, não foi possível concretizar essa aquisição tendo em vista a impossibilidade das empresas licitantes de entregarem o material naquele ano.

SUGESTÕES FORMULADAS PELOS INSCRITOS PARA PARTICIPAÇÃO

Após os debates, Dr. Márcio deu início à oitiva dos inscritos para participação na Audiência Pública. Anna Karenina de Souza Macedo afirmou que percebeu nos últimos tempos que algumas ferramentas e linguagens de *marketing* (tais como *design thinking*, *pitch*, etc), criadas no mercado privado, passaram a ser utilizadas e trazidas para o âmbito público e indagou se na Justiça é realizada alguma espécie de treinamento ou conscientização para que no uso dessas ferramentas não se perca a nossa essência maior de finalidade pública.

Dr. Márcio passou a palavra à Giselle que respondeu que essas ferramentas e nomenclaturas são utilizadas no ambiente de Laboratório de Inovação onde as pessoas que ali trabalham como laboratoristas recebem o devido treinamento. Explicou que as demandas que chegam ao Laboratório, com utilização da abordagem do *design thinking* e outras, são aplicadas a problemas trazidos pela própria Instituição. Que são seguidas as recomendações do próprio CNJ que também utiliza todas essas técnicas pensando na Rede Nacional de Laboratórios de Inovação.

Dr. Caio Moyses de Lima, Juiz Federal Coordenador da Inovação na SJSP, fez uma breve intervenção esclarecendo que a inovação aplicada ao serviço público é algo bastante antigo, tratando-se, portanto, de linguagem não exclusiva do âmbito privado, e sim, compartilhada. Que no âmbito público ela é pautada pela legalidade estrita, pela moralidade administrativa e por todos os demais princípios

constantes no art. 37 da Constituição Federal, não existindo nenhum tipo de incompatibilidade com o seu uso.

Washington Luiz Moura Lima perguntou se há possibilidade de a Administração preencher os cargos vagos que não resultem em acréscimos de despesas, solicitou apoio na busca pelo descongelamento dos valores referentes aos nossos auxílios e benefícios, mencionou a economia gerada com o teletrabalho e externou preocupação com a execução integral das verbas orçamentárias no âmbito deste 1.º Grau.

Dr. Márcio explicou que temos dois tipos de cargo para nomeação: aqueles sem impacto (resultantes de exonerações, por exemplo, cujo preenchimento não acarreta acréscimo de despesas) e os com impacto (distribuídos pelo CJF ao Tribunal e posteriormente redistribuídos entre o próprio Tribunal e as seccionais). No que concerne aos cargos sem impacto anunciou que já foi feito o levantamento com relação a março deste ano e que já estamos partindo para o processo de contratação tendo em vista que temos concurso público ainda vigente. Com relação aos cargos com impacto disse que para este ano, até o momento, a SJSP recebeu 25 (vinte e cinco) cargos do Tribunal, aos quais também será providenciada a devida contratação. A respeito da verba referente ao auxílio-saúde, se mostrou aberto para buscar soluções para o seu descongelamento, lembrando, entretanto, que a análise acerca da possibilidade de aumento é feita pelo Tribunal. No caso dos demais auxílios (alimentação, creche, etc), ponderou que estes têm seus valores unificados nacionalmente, dependendo somente do CJF que detém a decisão final. Que temos boa vontade para interceder junto às instâncias superiores naquilo que for possível. Disse ainda que estamos empenhados em investir em novas máquinas, sistemas e softwares voltados à nova realidade de trabalho.

Maria Ires Graciano Lacerda registrou a importância da realização dos exames periódicos na saúde preventiva dos servidores, lamentou o fato das verbas advindas para a realização desses exames e da ginástica laboral não terem sido usadas por conta da ausência de licitantes, solicitou o empenho por parte da Administração para que tenha o olhar voltado para esta questão, perguntou, com a centralização das contadorias na capital, como ficará a situação dos servidores que querem trabalhar presencialmente nesta área, porém, residem em cidades distantes, questionou se a função comissionada antes recebida pelos servidores que trabalhavam nas contadorias permanecerá após a centralização, observou um déficit de servidores no Juizado da capital e indagou se estes postos serão repostos e demonstrou preocupação com a mudança do sistema dos JEF's para o PJe.

Dr. Márcio respondeu que no ano passado foram feitas duas licitações para contratação de empresa para realização dos exames periódicos, entretanto, ambas foram fracassadas por ausência de licitantes interessados. Disse que, com a implantação da CECALC a partir da semana que vem, será garantido espaço nos fóruns das subseções aos servidores das contadorias que desejem trabalhar presencialmente, assim como também está garantida a possibilidade de teletrabalho. No que toca à reposição de servidores, reafirmou que os cargos vagos sem impacto serão logo preenchidos e os com impacto somam 25 (vinte e cinco) cargos a serem distribuídos para a seccional inteira. Assegurou que o uso do sistema PJe será possível e satisfatório ao JEF, assim como têm sido nas demais varas da Seção Judiciária. Que, como qualquer sistema de informática, ele está num caminho de evolução, podendo sempre ser melhorado.

Dr. Caio fez um aparte para sustentar que considerou bastante acertada a decisão de migração do SISJEF para o PJe. Relatou que foi criada no Tribunal uma comissão de usuários do PJe com o fito de permitir que estes reúnam suas sugestões e levem para a área de desenvolvimento de sistemas para implementação. Que a partir disso o sistema ganhará cada vez mais melhorias. Que essa comissão será apoiada pelos Laboratórios de Inovação da 3.ª Região.

Luciana Martins Carneiro reforçou a necessidade de ser dada prioridade à saúde preventiva dos servidores, lamentou a devolução de recursos do orçamento de 2020 por parte da SJSP, opinando que esses valores poderiam ter sido direcionados para a área da saúde e apontou a falta de servidores no 1.º Grau.

Dr. Márcio comentou, no que tange à saúde preventiva, que a Diretora da UGEP Cintia Miluzzi já havia exposto as questões mais relevantes. Com relação à contratação de novos servidores, endossou o que já havia dito anteriormente. Por fim, explicou que os recursos que foram devolvidos não ocorreram por uma "sobra" voluntária, mas sim, por conta de entendimento da Administração da existência de um impedimento legal para que esses valores fossem gastos. Que, se porventura sobrevier novo entendimento, estamos à disposição para estudá-lo e analisá-lo.

ENCERRAMENTO	Dr. Márcio encerrou a Audiência Pública agradecendo a participação e colaboração de todos os presentes e pontuou que continuaremos sempre abertos ao diálogo para melhorar a execução das atividades da prestação jurisdicional pela Justiça Federal de São Paulo.
---------------------	--



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Ferro Catapani, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 24/06/2021, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **7787634** e o código CRC **5147ED4D**.



0004781-64.2021.4.03.8001

7787634v273
